

ANÁLISE COMPARATIVA DOS CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE CASCAVEL COM OS DEMAIS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO OESTE DO PR.

KUHN, Sérgio Luiz¹
VOSS, Thiago Grignani²

RESUMO

O artigo buscou “analisar comparativamente os Conselhos de Desenvolvimento de Cascavel com os demais municípios da mesorregião Oeste do Paraná”, buscando mapear e avaliar o atendimento a exigência legal de constituição dos Conselhos, tornando a gestão pública municipal mais democrática e participativa, entre outros. Como metodologia o estudo é exploratório e descritivo, utilizou-se de dados primários mediante aplicação de questionários aos membros da Diretoria e participantes efetivos e suplentes dos diversos Conselhos, priorizando o presidente e os demais integrantes, caracterizando-os, bem como a sua organização, temas das reuniões e encontros, limitações e desafios, metas, entre outros, sendo o levantamento dos dados dos 59 questionários de pesquisa procedido pelos alunos da FAG – Faculdade Assis Gurgacz, dos cursos de direito, agronomia e administração. Como dados secundários, utilizou-se de bibliografias e de fontes oficiais. Quanto aos resultados constatou-se quantitativamente que os Conselhos procuram exercer uma cooperação com o governo municipal, empresas e instituições como meio de gestão democrática e participação popular voltado ao desenvolvimento urbano e dos municípios, do Plano diretor e suas reavaliações, do zoneamento urbano, empreendimentos, indústrias, etc, porém apresentam-se com bastante diversidade nos municípios, tendo baixa participação dos conselheiros nas reuniões e são pouco articulados com os demais conselhos e órgãos público-privados dos municípios; revelam os conselheiros uma necessidade de uma maior capacitação, qualificação e do seu papel e representatividade, bem como, das condições oferecidas e aplicadas na busca do desenvolvimento urbano e dos municípios, com qualidade de vida, universal e com eficiência, dentre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Conselhos. Desenvolvimento Urbano. Eficiência

ANÁLISE COMPARATIVA DOS CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE CASCAVEL COM OS DEMAIS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO OESTE DO PR.

COMPARATIVE ANALYSIS OF URBAN DEVELOPMENT COUNCILS FROM CASCAVEL WITH THE OTHER MUNICIPALITIES OF THE WEST MESOREGION OF PARANÁ.

ABSTRACT

The article sought to “comparatively analyze the Development Councils of Cascavel with the other counties of western mesoregion of Paraná” seeking to map and evaluate the compliance with the legal requirement of the Boards’ constitution, making the Municipal Public Management more democratic and participative, among others. As methodology, the study is exploratory and descriptive, and primary data was used through the issuing of questionnaires to members of the Board and established and alternate participants of the various Councils, prioritizing the President and the other members, characterizing them, as well as their organization, topics of the meetings and gatherings, limitations and challenges, goals, among others, and the survey data from the 59 survey questionnaires were carried by the students of FAG – Faculdade Assis Gurgacz (a private university) from the Law, Agronomy and Management courses. Bibliographies and official sources were used as secondary data. As to the results, it showed quantitatively that the Councils seek to exercise cooperation with the municipal government, businesses and institutions as a means of democratic governance and popular participation geared towards urban and municipality development, the master plan and its reevaluation, of the urban zoning, enterprises, industries, etc., however, they present themselves with great diversity in the municipalities, having low participation of the advisors in the meetings and they have limited articulations with the other councils and public-private bodies of municipalities; counselors reveal a need for further training, qualification and its role and representativeness, as well as the conditions offered and applied in the pursuit of urban and municipal development, universal and efficient quality of life, among others.

KEYWORDS: Urban Development. Efficiency

1. INTRODUÇÃO

O artigo analisou comparativamente alguns componentes dos Conselhos de Desenvolvimento Urbano de Cascavel em relação aos demais municípios da mesorregião Oeste do Paraná. Salienta-se que o Estado do Paraná possui 399 municípios, dos quais 50 compõe a mesorregião Oeste, enquanto destes apenas 11 municípios enquadram-se no quantitativo estabelecido, possuindo mais de 20 mil habitantes, destacando-se de maior população Cascavel, sucedido pelas microrregiões de Foz do Iguaçu e Toledo, formando os três polos a mesorregião.

No âmbito das políticas públicas, de acordo com o seu papel, necessidades, prioridades e orçamentos previstos, os conselheiros reúnem-se e auxiliam os gestores em temas e assuntos de interesse dos municípios de geração do desenvolvimento urbano, do Plano Diretor, da economia, oportunidades, relações e bem estar, bem como, para a aplicação de seus recursos, de que dispõem, buscando exercer as competências estabelecidas, assim como, a legislação

¹ Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE - Universidade do Oeste do Paraná, campus de Toledo e professor da FAG – Faculdade Assis Gurgacz, Cascavel/PR. E_mail: sergiolk@fag.edu.br.

² Graduando de Agronomia da FAG – Faculdade Assis Gurgacz, Cascavel, Pr. Acadêmico Bolsista do PIBIC pela Fundação Araucária. E_mail: thiagovoss@hotmail.com, Nova Aurora, Pr.

vigente e a de responsabilidade Fiscal do Governo Federal, que impõe o controle dos gastos aos Estados e municípios. No caso do planejamento das cidades, estes gestores devem considerar os pareceres e decisões dos Conselhos Municipais do Desenvolvimento Urbano.

Os conselhos buscam a eficiente aplicação dos recursos públicos, no caso pelo investimento no âmbito do desenvolvimento urbano, apoiados nas suas estratégias, diretrizes, políticas e ações de desenvolvimento e supervisão de sua execução no espaço urbano e territorial, envolvendo os diversos setores da economia, com a geração de empregos, renda, tributos, o aperfeiçoamento das relações, condições, legislação e a melhoria dos mesmos, tanto de produção, circulação, custeio como dos investimentos em infraestrutura e mobilidade, bem estar, entre outros.

Portanto, diante do exposto, como **problema a ser discutido ao longo do trabalho de pesquisa**, questiona-se: os Conselhos de Desenvolvimento Urbano efetivamente contribuem com a gestão pública municipal, materializando-se em sugestões e ações para desempenhos de eficiência qualitativa da gestão do Estado?

Assim, o **objetivo geral** deste artigo é “analisar comparativamente a atuação dos Conselhos de Desenvolvimento Urbano de Cascavel com os demais municípios da mesorregião Oeste do Paraná”. E, como **objetivos específicos**: a) Caracterizar a composição e funcionamento dos Conselhos de Desenvolvimento Urbano; b) Identificar a organização e as suas estratégias de atuação e, c) Levantar contribuições, metas e desafios da gestão dos Conselhos de Desenvolvimento Urbano, entre outros.

Buscou conhecer um pouco da organização e da atuação dos Conselhos de Desenvolvimento de Cascavel e de uma parte dos demais municípios da mesorregião Oeste Estado do Paraná e, observou como os mesmos estão contribuindo com o planejamento e o desenvolvimento urbano e local em diferentes âmbitos.

Assim sendo, este tipo de estudo é importante para mostrar as formas de transparência da gestão público-privada, as diversas ações e os níveis de democracia envolvendo o papel dos Conselhos para a contribuição com a (in)eficiência da gestão, através dos desempenhos alcançados, esperados como crescentes pelos municípios, via resultados.

Para tal, o artigo foi estruturado em cinco partes, tendo Introdução, Metodologia, Fundamentação Teórica, os Resultados de Pesquisa e Discussões, acompanhados das Considerações Finais e por fim, as Bibliografias.

2. METODOLOGIA

Para o estudo e análise utilizou-se inicialmente de dados secundários, levantados de bibliografias e relatórios. Já os dados primários foram levantados através de questionários, aplicados, no mês de outubro de 2011³, aos membros integrantes dos respectivos Conselhos de Desenvolvimento Urbano, tanto de Cascavel como dos demais municípios da região Oeste do Paraná, agrupados, priorizando-se os cargos de presidentes dos Conselhos e demais membros efetivos dos municípios, representativos de categoria profissional e ou institucional, junto ao respectivo Conselho. Dela procedeu-se o recorte classificatório, separando-se Cascavel dos demais municípios, independente de sua grandeza populacional.

Responderam a pesquisa 25 conselheiros de Cascavel e mais 34 conselheiros dos demais municípios da região Oeste do Paraná, destacando-se: Toledo, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Matelândia, Guaraniaçu, Corbélia, Santa Terezinha de Itaipu, Cafelândia, Nova Santa Rosa, Itaipulândia e também alguns outros, como: Paranavaí, Dois Vizinhos, Capanema, Santo Antônio do Sudoeste, Quedas do Iguaçu, Ubatã, Campina da Lagoa, Nova Laranjeiras entre outros, totalizando assim 38 pesquisados.

Os dados foram organizados, sistematizados e apresentados na forma de quadros e gráficos, acompanhados de análises, entre outros.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Constituição federal de 1988 criou as bases para que se tivesse posteriormente o Estatuto das Cidades, instituindo o princípio da função social da cidade e da sua propriedade, que no artigo 182, define a política de desenvolvimento urbano, devendo ser executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes fixadas em lei, ganhando visibilidade a ação governamental, sendo que pela lei 10.257 de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, reforça o Plano Diretor, bem como, a sua obrigatoriedade em função do porte populacional, de revisões e alterações, em função da política de desenvolvimento urbano no Brasil, motivado pela crescente urbanização da população, decorrente do expressivo êxodo rural até a metade do século XX.

³ Questionários aplicados pelos alunos da graduação dos cursos de Direito, Administração e Agronomia da FAG - Faculdade Assis Gurgacz, Cascavel/PR, residentes nos respectivos municípios da pesquisa de campo.

Com a criação do Ministério das Cidades em 2003, vem também a política nacional de construção de uma cultura de planejamento urbano e gestão territorial no Brasil, Estados e nos municípios, mediante práticas participativas de gestão, formulação e articulação de políticas urbanas, a promoção do desenvolvimento urbano sustentável, inclusivo e de redução das desigualdades sociais, entre outros, dando-se destaque para um Plano Diretor Participativo: Cidade de Todos. E, em 2006 o ConCidades - Conselho das Cidades com o papel de emitir orientações e recomendações sobre a aplicação do Estatuto da Cidade e propor diretrizes para a formulação e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, a cooperação entre governos, bem como, incentivar e fortalecer os conselhos, entre outros.

Portanto, a Constituição Federal, de 1988, permitiu a criação dos Conselhos de Desenvolvimento Urbano, define o papel e a atuação dos mesmos, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais das cidades que estimulem os municípios a executarem práticas democráticas e participativas de gestão e planejamento; conteúdos mínimos dos planos diretores; como peças fundamentais e úteis de planejamento e controle do uso do solo urbano e territorial, da promoção do direito a cidade; que proporcione condições para a formulação e articulação de políticas que garantem melhores condições de vida, transporte e mobilidade da população; as funções sociais da cidade que devem ser pensadas e projetadas com bem estar da cidade; da promoção do desenvolvimento ambiental sustentável e inclusivo, voltado para a redução das desigualdades dos seus habitantes, entre outros.

No entanto, conforme Junior (2011, p. 27), a elaboração de Planos Diretores como instrumentos de planejamento e uso do solo não é recente. Aparece na história do urbanismo brasileiro desde a década de 1930, quando foi elaborado o Plano Agache para o Rio de Janeiro. Porém, na atualidade, (p. 15), a sua função de tal instrumento deve ser de estimular os municípios a executarem práticas participativas de gestão e planejamento territorial; proporcionar condições para a formulação e articulação de políticas urbanas que garantem melhores condições de vida da população; promover o desenvolvimento urbano sustentável, inclusivo e voltado para a redução das desigualdades sociais.

Ainda, na Constituição Federal está fixado no princípio básico para a equidade urbana e a justa distribuição do ônus e benefícios do processo de urbanização, através do princípio da função social da cidade e da propriedade. (JUNIOR et al, 2011).

Assim, segundo Gohn (2001, p. 17), a soberania popular é o princípio regulador da forma democrática: a participação é concebida como um fenômeno que se desenvolve tanto na sociedade civil – em especial entre os movimentos sociais e as organizações autônomas da sociedade, quanto no plano institucional – nas instituições formais políticas, conselhos, entre outras. Para a autora (p. 83), dentro do caráter institucional, estão os conselhos gestores os quais têm o papel de instrumento mediador na relação sociedade/Estado, além de poderem se constituir como instrumentos de expressão, representação e participação da população.

Face o papel importante que podem desempenhar na gestão dos municípios, conforme Junior, Azevedo e Ribeiro (2004, p. 11 e 12), os conselhos municipais apresentam canais de democratização da gestão pública local e de aumento de eficiência e efetividade das políticas sociais setoriais. Por esta razão, sua disseminação no território nacional. [...] resulta da emergência no Brasil dos ideais de reforma das instituições de governo local, cuja orientação central é a busca do aumento da participação direta da sociedade na gestão municipal.

Os conselhos para Gohn (2001, p. 7), representam a participação sociopolítica: dado que os conselhos gestores, tratam-se de canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito a gestão de bens públicos. [...] envolvendo questões relacionadas a participação, formas de governo e representatividade, natureza da esfera pública, divisão de poder local, regional, nacional e global. [...] cujas análises buscam apontar lacunas e as necessidades nos atuais conselhos gestores no Brasil, destacando possibilidades no sentido de ampliação do controle da sociedade sobre o Estado, entre outros.

Ainda, segundo Gohn (2001, p. 13), a participação é uma lente que possibilita um olhar ampliado para a história, aos processos de participação da sociedade civil as políticas públicas que se associa ao processo democrático da sociedade brasileira. Os processos de participação leva-nos, portanto, às lutas da sociedade por acesso aos direitos sociais e a cidadania. Neste sentido, ela é também luta por melhores condições de vida e pelos benefícios da civilização.

Há então que se adequar gestores e discursos a novas práticas políticas e projetos para uma adequada e concreta produção dos espaços e ambientes urbanos construídos, visando uma cidade mais cidadã e de direito, com vistas a inclusão econômico-social e ambiental, buscando amenizar as profundas desigualdades econômico-sociais, bem como, a depredação e degradação ambiental, entre outras.

Assim sendo, instituídos no âmbito federal, os Conselhos passam a ser obrigatórios em todos os níveis de governo (federal, estadual e municipal), na forma de canais institucionais plurais de participação da sociedade, com cultura cívica dos conselheiros, com condições e processos de tomada de decisões, entre outros, vinculados ao repasse de recursos do governo federal para os governos estaduais e municipais (JUNIOR, AZEVEDO, RIBEIRO, 2004).

Ainda, conforme os mesmos autores (2004, p. 47), os Conselhos são espaços institucionais com potencial de se transformarem em instrumentos da constituição da governança democrática dos municípios, arenas de interação entre o governo e a sociedade, nas quais os interesses oriundos do mercado, da sociedade e do poder público são expressos e medidos, criando portanto, condições para a instauração de processos consensuais de tomada de decisões e aumento da

eficácia e efetividade das políticas públicas locais. Assim, dos conselhos influenciarem as ações da(s) prefeitura(s), o que depende da representatividade e da governança democrática, da abertura da gestão aos anseios da comunidade, entre outras.

Coloca-se, pois, para a sociedade organizada a tarefa de definir a sua política de participação junto ao Estado, através dos quais, há capacidade dos conselhos setoriais influenciarem as políticas públicas municipais, de participarem do gerenciamento das atividades governamentais e na elaboração de políticas públicas especialmente em nível municipal. Porém, com a institucionalização da participação política na forma de conselhos, vem se produzindo inúmeros trabalhos que problematizam os limites e potencialidades da participação popular no lócus específico dos conselhos municipais (SANTOS JR. *at all*, 2004, p. 162 e 219).

Ainda conforme os mesmos autores, (p. 63 e 66), “a grande novidade dos conselhos gestores é o fato de eles terem criado novo padrão de relação entre Estado e sociedade, criando novas formas de contrato social, por meio da ampliação da esfera social pública”, como da organização social jurídica dos espaços e, em que “o empoderamento da comunidade, com capacidade de gerar processos de desenvolvimento autossustentável com a mediação de agentes externos”. Diante do qual, ressalta-se que os conselhos de uma forma geral são representados por elites e que falam a sua linguagem, de pessoas mais qualificadas, de melhor faixa de renda e representação política municipal, excluídos os de baixa articulação e organização dos submundos sociais.

Segundo Gohn (2001, p. 14), na concepção liberal, busca-se sempre a constituição de uma ordem social que assegure a liberdade individual, reformando a estrutura da democracia representativa e sua qualidade, em que “todos os membros da sociedade são iguais e a participação seria o meio e o instrumento para a busca de satisfação dessas necessidades”. No entanto, esta participação pode ser no plano civil como institucional, ou outro, por movimentos sociais e organizações autônomas da sociedade, representados de forma individual ou também comunitária ou coletiva. Por isso, de acordo com a autora (p. 16), a participação corporativo-comunitária se caracteriza como uma forma institucionalizada, onde os grupos organizados devem participar no interior dos aparelhos de poder estatal, de forma que as esferas do público e privado se possam fundir e atuarem de forma mais integrada e em interesses e objetivos comuns.

Na prática esta representação dos Conselhos, como o do Desenvolvimento Urbano, é constituída pelos diferentes atores e setores da economia (primário, secundário e terciário) e da sociedade; por representantes do poder público, das diferentes esferas de governos e órgãos do Estado (municipal, estadual e federal); de associações comerciais e industriais; de conselhos e associações, bem como, de categorias profissionais e patronais (sindicatos), profissionais liberais, organizações, instituições ou entidades em geral, entre outros, buscando, integrar o conselho na forma efetiva ou na suplência, no período de mandato do respectivo conselho, constante do seu Estatuto.

O planejamento urbano é um processo da administração, que envolve etapas, do pensar, organizar, estruturar, ao fazer e produzir, bem como, monitorando o espaço, buscando promover ações de melhoria e de qualidade de vida para os cidadãos. Para tal, as diversas ações efetuadas pelos gestores e executores, provocam impactos positivos e ou negativos no espaço e no território, onde ocorrem as coisas, em diferentes âmbitos. Assim, ao fazer adequado o uso do território, também se contribui com as pessoas no presente e para o futuro, cuja preocupação é de todos, do público ao privado.

Para obtenção de um adequado resultado, o planejamento urbano é um processo da administração, que envolve etapas de organização, estruturação e aplicação de recursos humanos, materiais e técnicos, bem como, monitoração e controle, para promover ações de melhoria e de qualidade de vida para os cidadãos. Um adequado planejamento inclui também, segundo Born (2011, p. 155), a mobilidade urbana que é um atributo associado às pessoas e aos bens, correspondente às diferentes respostas dadas aos indivíduos e agentes econômicos às suas necessidades de deslocamento, consideradas as dimensões do espaço urbano e a complexidade das atividades neles desenvolvidas, desde um conjunto complexo composto pelos diversos modos de transportes, de passageiros e de carga, e a interação deles com as infra-estruturas de circulação, com o meio urbano, de origem, de passagem e de destino e com o meio ambiente.

Para tal, as diversas ações efetuadas pelos gestores e executores, provocam impactos positivos e ou negativos no espaço e no território, onde ocorrem mudanças, em diferentes âmbitos. Ao se fazer o adequado uso do território, também se contribui com as pessoas no presente e no futuro.

Cabe à sociedade, através dos cidadãos, empresas e instituições, cobrar dos gestores (governos) ações de planejamento, prevenção, orientação, fiscalização e punição, que permitam o crescimento e o desenvolvimento adequado das cidades, municípios e da das regiões, de modo planejado e projetado, com práticas de inclusão social, pelo educação, emprego, renda e bem estar, de alternativas para sanar os problemas que lhe são comuns, como construções e ocupações ilegais, questões econômico-sociais, legais, ambientais, entre outros.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO PARANÁ: MESORREGIÕES, MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ, SUAS MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS E POPULAÇÃO

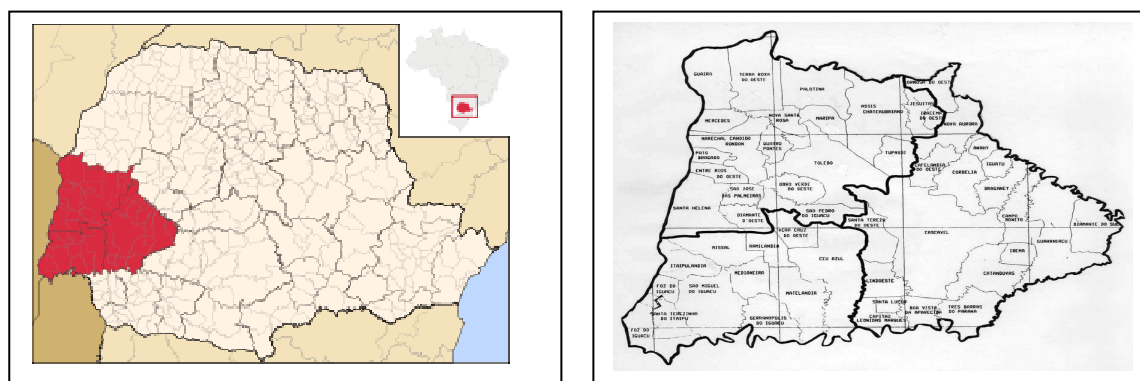
O Estado do Paraná é formado por 10 mesorregiões. Dentre as quais, destaca-se o Oeste do Paraná, objeto de estudo, conforme apresentado a seguir, através das figuras.

Figura 1 Mapa do Estado do Paraná com as suas Mesorregiões Geográficas



Fonte: IBGE - Base Cartográfica: ITCG (2010)

Figura 2 Mapa da Mesorregião Oeste do Paraná no Estado, suas Microrregiões e seus Municípios



Fonte: IBGE, Ipardes.

De acordo com a figura 02, verifica-se a mesorregião Oeste do Paraná, constituída por três microrregiões: Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, compreende um total de 50 municípios no seu entorno, na mesorregião.

No entanto, estes três municípios, que representam também as suas respectivas microrregiões, são responsáveis assim por mais 47 municípios dos 50 que a compõem na totalidade. Especificamente estes três municípios nominados congregam juntos 661.606 habitantes, de acordo com o Censo do IBGE de 2010, o que equivale a aproximados 54% do total da população da mesorregião, que é de 1.219.558 habitantes, revelando assim uma elevada concentração populacional nas respectivas microrregiões.

4.2 CARACTERIZAÇÕES DO PÚBLICO PESQUISADO (CONSELHEIROS):

Responderam a pesquisa 59 pesquisados, sendo de Cascavel 25 conselheiro e 34 dos demais municípios. Quanto ao gênero pesquisado, aproximadamente 62% são masculino e 38% feminino, tendo como faixa etária predominante entre 30 a 50 anos, na ordem de 65% dos conselheiros pesquisados.

A formação escolar predominante dos conselheiros é a graduação e a pós-graduação (especialização).

Dos conselheiros pesquisados reside no próprio município em maior percentual, na faixa de 31 a 40 anos 33% dos mesmos, sucedido pela faixa de 21 a 30 anos 30%, totalizando assim 63% do público de conselheiros pesquisados, de Cascavel e dos demais municípios da região.

A faixa de renda mensal predominante dos conselheiros, para 80% é até R\$ 5.000,00 reais e 20% recebem acima deste valor, informada entre R\$ 5000,00 a 10.000,00 mensais.

Os conselheiros de Cascavel e dos demais municípios estão ligados prioritariamente a Associação Comercial e Industrial dos respectivos municípios, em aproximadamente 68% dos pesquisados; depois aos sindicatos 53%, tendo nestes as funções de gestão, como presidente, vice-presidente, secretário e outro; ao comércio e a indústria 42% cada; ao CREA 41%; a agricultura 36%; a educação / escolas 34%; as ONGs 31%; a saúde 29%, e aos demais aos segmentos, sendo de cooperativas; imobiliário; mercado e supermercados; igrejas, corretoras, bancos e financeiras, oficinas, clínicas, etc.

Quanto aos cargos exercem pela ordem de representação a gerência ou a administração em empresa, de sindicatos patronais e ou de categorias profissionais, ou então, de área específica de atuação; também na forma de presidente, secretário(a), servidor público, assistente e ou profissional liberal (engenheiro, advogado, contador, economista, assistente social, etc); e outros cargos profissionais e ocupações.

Quatro 1 Filiação Partidária dos Conselheiros Municipais

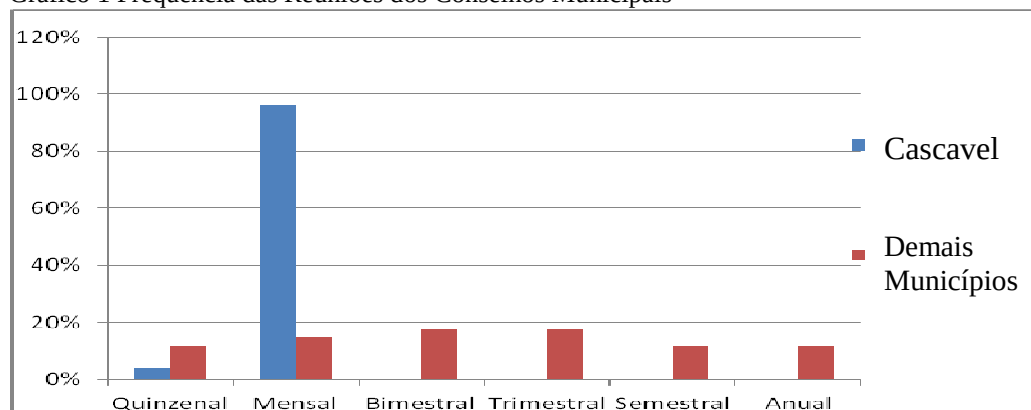
ESPECIFICAÇÃO	Cascavel		Demais Municípios		TOTAL	% PARTICIP.
	QTDE	% PART.	QTDE	% PART.	QTDE	% PART.
Não	20	80%	15	44%	35	59%
Sim	5	20%	19	56%	24	41%
TOTAL	25	100%	34	100%	59	100%

Fonte: Dados de pesquisa de campo

Conforme o quadro verifica-se que, 41% dos conselheiros tem filiação partidária, enquanto 59% não tem nenhuma filiação. Salienta-se que esta vinculação a algum partido político ocorre mais nos demais municípios e menos em Cascavel, que reúne mais profissionais técnicos apartidários, enfim destacam-se então pela maior frequência, os partidos: PMDB, PT, PDT e PPS e, especificamente com um conselheiro em cada partido: PSDB, PP, PMN, PSL, PTB, PSB, PSC, PRTB.

4.3 CARACTERIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO NOS MUNICÍPIOS

Gráfico 1 Frequência das Reuniões dos Conselhos Municipais



Fonte: Dados de pesquisa de campo

Verifica-se que a maior frequência de reuniões é em Cascavel, sendo-a mensal, na ordem de 96% das ocorrências informadas, enquanto que nos demais municípios as fazem de forma variada: bimestral ou trimestral, assim como, pouco quinzenal, semestral e ou anualmente.

O público de conselheiros participantes nas reuniões, predominante é de 08 a 20 pessoas, que corresponde na média a aproximadamente 65% das presenças em todos os conselhos de Desenvolvimento Urbano. Destaca-se que, os municípios maiores populacionalmente, também tem uma presença superior nas reuniões, a exemplo de Cascavel, que normalmente tem entre 12 e 25 membros, enquanto que nos municípios menores esta frequência é entre 7 a 12 membros, cujas reuniões em todos os conselhos ocorrem em sua maioria, em sessões ordinárias e muito raramente em sessões extraordinária(s).

No entanto, dos conselheiros pesquisados, 70% participam a menos de 02 anos no conselho e 30% acima deste período de atuação junto ao Conselho de Desenvolvimento Urbano, cujo mandato da Diretoria do Conselho se estende predominantemente por um período de 02 anos em 80% dos conselhos pesquisados, enquanto que noutros municípios da região, por um período menor, sendo de 01 ano e ou maior, de 03 ou 04 anos no máximo.

O local das reuniões do Conselho normalmente ocorre em local fixo, sendo na maioria dos casos, na própria prefeitura municipal, mais especificamente na sala de reuniões ou de treinamento. Já nos demais municípios, em menor escala, ocorrem em locais variados, também na própria prefeitura municipal, seguido da câmara de vereadores, associação comercial e industrial do município, parque de aves, Eco clube e sede da Juventude, entre outros.

Quadro 2 - O Poder Municipal garante o provimento do Conselho de Desenvolvimento Urbano

LOCAL	CASCABEL		DEMAIS MUNIC. REG.		TOTAL	
	QTDE	% PARTIC.	QTDE	% PARTIC.	QTDE	% PARTIC.
ESPECIFICAÇÃO						
Espaço para reuniões e trabalho de secretariado	15	60%	15	44%	30	51%
Garante o seu custeio, de uma forma geral	3	12%	12	35%	15	25%
Estrutura mínima de funcionamento	15	60%	11	32%	26	44%
Cobra resultados e gastos	0	0%	4	12%	4	7%
Recursos mínimos para material de divulgação	4	16%	3	9%	7	12%
TOTAL	37		45		82	
TOTAL DE PESQUISADOS	25	100%	34	100%	59	100%

Fonte: Pesquisa de dados

Constata-se no geral que, o poder público municipal garante o provimento e custeio básico do Conselho, envolvendo um espaço para as reuniões e o trabalho de secretariado, o qual acontece preponderantemente na própria sede das prefeituras ou paços municipais, em espaço próprio ou alugado, Câmara de Vereadores ou outro; mediante uma estrutura mínima para o seu funcionamento e de materiais em geral, como de divulgação, cobrando-se resultados; quando antes as condições neste sentido eram mais precárias.

No entanto, percebe-se que os conselheiros na média apontam em 67% dos casos, que a gestão pública, através do prefeito e seus secretários acreditam, confiam e valorizam as sugestões dos conselhos, enquanto que a mesma é de

maior credibilidade nos demais municípios da mesorregião, na ordem de 82% dos pesquisados, quando em Cascavel corresponde a 50% dos conselheiros pesquisados.

Quadro 3 – Temas / Assuntos / Discussões / Pautas - mais tratados pelos Conselhos do Desenvolvimento Urbano dos Municípios:

LOCAIS	CASCVEL		DEMAIS MUNIC. REG.		TOTAL	
ESPECIFICAÇÃO	QTDE	% PART.	QTDE	% PART.	QTDE	% PART.
Desenvolvimento do município	14	56%	25	74%	39	66%
Plano Diretor do município e a sua reavaliação	17	68%	14	41%	31	53%
Zoneamento do espaço urbano	14	56%	13	38%	27	46%
Qualidade de vida do(s) cidadão(s)	11	44%	16	47%	27	46%
Empreendimentos e construções de impacto	13	52%	11	32%	24	41%
Atuação do Conselho Desenvolvimento Urbano	10	40%	14	41%	24	41%
Indústrias	7	28%	16	47%	23	39%
Ordenamento físico e territorial do Município	11	44%	11	32%	22	37%
Ocupação do solo urbano	11	44%	11	32%	22	37%
Desenvolvimento sustentável	10	40%	12	35%	22	37%
Mobilidade urbana e acessibilidade	12	48%	9	26%	21	36%
Novos projetos e integrados	11	44%	10	29%	21	36%
Política urbana	10	40%	11	32%	21	36%
Questões sociais e desigualdades	10	40%	10	29%	20	34%
Proteção do meio ambiente, da fauna e da flora	8	32%	12	35%	20	34%
Fiscalização do poder público	12	48%	7	21%	19	32%
Conservação dos recursos naturais	11	44%	8	24%	19	32%
Trabalho, emprego e renda	2	8%	17	50%	19	32%
Educação, capacitação e qualificação profissional.	5	20%	14	41%	19	32%
Política habitacional	11	44%	8	24%	19	32%
Política social (is)	8	32%	11	32%	19	32%
Lixo urbano, industrial	6	24%	12	35%	18	31%
Aplicação dos fundos /recursos do Desenvol.Urbano	8	32%	8	24%	16	27%
Transportes urbanos	9	36%	6	18%	15	25%
Proliferação de espaços urbanos irregulares	8	32%	7	21%	15	25%
Poluição e degradação	7	28%	8	24%	15	25%
Regimento interno do conselho	7	28%	7	21%	14	24%
Desenvolvimento regional	3	12%	10	29%	13	22%
Equipamentos urbanos	6	24%	7	21%	13	22%
Centro x periferia	7	28%	6	18%	13	22%
Vocação e ou aptidão do município	5	20%	7	21%	12	20%
Arranjo Produtivo Local - APL			7	21%	7	12%
Participação popular	4	16%	3	9%	7	12%
Setor imobiliário	2	8%	3	9%	5	8%
Relatórios de trabalhos	2	8%	3	9%	5	8%
Riqueza e pobreza	1	4%		0%	1	2%
TOTAL	303	-	365	-	668	-
TOTAL DE PESQUISADOS	25	100%	34	100%	59	100%

Fonte: Pesquisa de dados

Conforme o quadro observa-se na média que, as principais preocupações e questões debatidas nos conselhos estão voltadas para o desenvolvimento do município, apontada por 66% dos conselheiros e muito mais, especificamente pelos demais municípios da região, na ordem de 74% dos conselheiros.

Em segundo lugar aparece o Plano Diretor dos Municípios, indicada na média por 53% dos conselheiros, porém em maior ênfase e escala em Cascavel, para 68% dos pesquisados.

Em terceiro lugar, com 46% de média cada, destaca-se o zoneamento do espaço urbano, mais preocupante em Cascavel e, a qualidade de vida dos cidadãos.

Do quinto lugar em diante, são indicados os temas de: empreendimentos e as construções de impacto nos municípios; a atuação dos Conselhos de Desenvolvimento Urbano; as Indústrias no município, com a atração, instalação, produção e o desenvolvimento; o ordenamento físico e territorial do município, a ocupação do solo urbano e o desenvolvimento sustentável do município; a mobilidade urbana e a acessibilidade; os novos projetos e integrados; a política urbana; as questões sociais e as desigualdades; a proteção do meio ambiente, fauna e flora, entre outros.

Quadro 4 – Como os Conselheiros veem o próprio Conselho

LOCAIS	CASCABEL		DEMAIS MUNIC.REG.		TOTAL	
	QTD E	% PARTIC .	QTD E	% PARTIC .	QTD E	% PARTIC .
ESPECIFICAÇÃO						
Meio gestão democrática e participação popular	11	44%	14	41%	25	42%
Cooperação: governo municipal, iniciativa privada e demais set.	5	20%	17	50%	22	37%
Parceria de gestão administrativa do município	6	24%	14	41%	20	34%
Foro de representação da gestão política urbana municipal	6	24%	10	29%	16	27%
Compromisso político para com o desenvolvimento local	2	8%	11	32%	13	22%
Meio de controle social das políticas públicas	5	20%	5	15%	10	17%
Canal privilegiado de espaço público para encontros e debates	5	20%	3	9%	8	14%
Gestão apoiada na mobilização popular e movimentos sociais	4	16%	4	12%	8	14%
Arena de representação e disputa de propostas	2	8%	4	12%	6	10%
Espaço de interesses particulares e promoção pessoal	1	4%		0%	1	2%
Espaço de conflitos e jogo de interesses	1	4%		0%	1	2%
TOTAL	48		82		130	
TOTAL DE PESQUISADOS	25	100%	34	100%	59	100%

Fonte: Pesquisa de dados

Verifica-se que, os próprios conselheiros veem o Conselho na média como: um meio de gestão democrática e participação popular, para 42% dos pesquisados; seguido da cooperação entre o governo municipal, empresas, instituições e demais setores da economia e sociedade para o desenvolvimento do município em 37% dos casos, sucedido por uma parceria de gestão administrativa com o município em 34% dos conselheiros, bem como, sendo um foro de representação da gestão política urbana de desenvolvimento do município para 27% e também um compromisso político com o desenvolvimento local para 22% dos conselheiros pesquisados. Também na sequência manifestam-no como um meio de controle social das políticas públicas e, um canal privilegiado de espaço público para encontros e debates, entre outros.

Quadro 5 – Maiores Limitações e Problemas de atuação dos Conselhos de Desenvolvimento Urbano.

LOCAIS	CASCAVEL		DEMAIS MUNIC.REG.		TOTAL	
	QTD E	% PARTIC	QTD E	% PARTIC	QTD E	% PARTIC
ESPECIFICAÇÃO						
Dificuldade de articulação e integração com os demais conselhos municipais	8	32%	6	18%	14	24%
Fragilidade estrutura de apoio física, materiais, equipam.	8	32%	5	15%	13	22%
Baixa participação dos conselheiros	7	28%	5	15%	12	20%
Falta comprometimento dos conselheiros	5	20%	6	18%	11	19%
Tem pouca expressão o conselho no município	5	20%	4	12%	9	15%
Espaço mais para os técnicos e profissionais	2	8%	5	15%	7	12%
Distanciamento do seu papel e competência popular	3	12%	1	3%	4	7%
Busca de projeção política	1	4%	3	9%	4	7%
Interesses particulares acima ou sobre os coletivos	3	12%	0	0%	3	5%
TOTAL	42		35		77	
TOTAL DE PESQUISADOS	25	100%	34	100%	59	100%

Fonte: Pesquisa de dados

Constata-se que a maior dificuldade dos Conselhos é a articulação e a integração do mesmo com os demais conselhos existentes nos municípios, revelado por 24% dos conselheiros, assim ocorre certo individualismo e marginalização na sua atuação. Em seguida, aparece como limitação a fragilidade da estrutura de apoio: física, materiais e equipamentos, indicada por 22% dos pesquisados e em terceiro lugar, a baixa frequência e participação dos conselheiros nas reuniões, encontros e ou eventos promovidos pelo Conselho, secretaria ou ministério envolvido para 20% dos conselheiros, bem como, o baixo comprometimento e a pouca expressão do Conselho no município.

Destaca-se, porém que, todos estes itens indicados são mais críticos em Cascavel, cujo percentual é maior comparado aos demais municípios da região. No entanto, salienta-se que o trabalho desenvolvido pelos conselheiros é voluntário, sem remuneração e por isto, torna-se uma limitação e um problema a mais, que se reflete tanto na sua organização, participação, reuniões, ações e promoções, entre outros.

Dentre os principais **eventos promovidos** pelos órgãos de Desenvolvimento Urbano, secretarias e os Conselhos, destacam-se pela ordem: fóruns de debate e discussão, conferências, reuniões, cursos e palestras, etc, cuja organização ocorre no âmbito local, regional e ou estadual, até nacional.

Em Cascavel ocorrem mais eventos ligados a reuniões; esforços de capacitação e qualificação; a participação na conferência das cidades; a presença nos bairros, bem como, a participação em inauguração de obras. Já nos demais municípios da região ocorrem reuniões; treinamentos e capacitações para o desenvolvimento; seminários com parceiros; palestras; bem como, a participação na conferência das cidades, entre outros.

Dentre os principais **resultados alcançados**, decorrentes da atuação dos Conselhos, foram apontados por **Cascavel**: o cumprimento de uma formalidade legal; a participação no desenvolvimento estratégico do município; o planejamento da cidade com participação popular; o Plano Diretor; o Plano Viário da cidade e dos bairros; conservação e qualificação das vias públicas; das ciclovias, programa de calçadas, programas de obras municipais de engenharia (edificação, calçamento, saneamento, iluminação, etc); a avaliação da aplicação das regras para ocupação dos espaços urbanos e naturais preservados; a qualidade de vida para a população; as leis municipais e outros. No âmbito da **habitação**: a gestão e aprovação de recursos, moradias, critérios de seleção de moradores; prevenção e mediação de conflitos, entre outros.

Já **os demais municípios da região apontam diversos resultados**, como a participação na elaboração de diretrizes gerais de desenvolvimento dos municípios; a criação, auxílio e melhorias no Plano Diretor municipal; a regularização de obras, atividades proibidas e permissíveis; o mapeamento de microprodutores e pequenas empresas; a regulamentação da Lei geral das Micro e Pequenas empresas; dos espaços urbanos e as suas reabilitações; o ordenamento territorial, organização urbanística da cidade e o controle do crescimento e desenvolvimento urbano; a aquisição de área industrial e a implantação de novas indústrias; a aquisição de equipamentos; abastecedores e a destinação de recursos. As capacitações e qualificações de mão de obra e da implantação de políticas habitacionais; de casas populares, módulos sanitários, entre outros.

Dentre as **“principais metas “ do Conselho de Desenvolvimento Urbano** para os próximos anos, destacam-se diversas, sendo para Cascavel: a implantação e consolidação do Plano Diretor da Cidade / Município e a sua reavaliação periódica; do sistema viário e das ciclovias; do desenvolvimento do município e da região; a aprovação da gestão de

recursos; a melhoria das políticas urbanas, assegurando o desenvolvimento do município com maior qualidade de vida; entre outros. A implantação e ampliação do plano diretor da habitação e da construção de casas, entre outros.

Já para os municípios da região, priorizam-se: a educação e a qualificação profissional e o empreendedorismo; a maior participação popular e nos debates, a fiscalização dos loteamentos irregulares e a revisão do Plano Diretor dos Municípios, entre outros.

Dentre os **“maiores desafios”** apontam os conselheiros pesquisados, para a maior participação dos mesmos e com uma melhor capacitação para o adequado exercício do seu papel profissional; do respeito às ideias e sugestões formalizadas e possibilidades de sua aplicação pelos gestores público-privados e institucionais dos municípios; a resolução de conflitos e interesses internos, particulares e de movimentos sociais, bem como, do executivo com as diversas representações da sociedade; das necessidades de apoio, de assessoria técnica e recursos, bem como, para o acompanhamento da execução das diversas ações governamentais; das melhorias do plano diretor e de sua reavaliação, envolvendo o planejamento, zoneamento, uso e ocupação do espaço urbano e meio ambiente, etc, condizentes com o crescimento e o desenvolvimento dos municípios e da região, entre outros.

Como **sugestões apontadas pelos pesquisados listam-se:** a necessidade de maior integração, interação e até uma maior unificação dos Conselhos municipais, para a obtenção de uma maior e melhor agilidade no desenvolvimento das respectivas ações; maior responsabilização, empenho, comprometimento e motivação das entidades de participação efetiva e de representação dos conselhos, bem como, dos próprios conselheiros nas diversas reuniões e ações desenvolvidas; a alteração da distribuição das cadeiras de representação, diminuindo as do poder público e aumentando as da sociedade civil, dos setores privados, institucionais e afins; a maior socialização das informações com interação da população das discussões e deliberações do próprio conselho; a capacitação e qualificação dos conselheiros; o maior poder e voz ativa dos Conselhos junto a administração pública dos municípios; a maior participação dos agentes econômicos, sociais, ambientais e legais envolvidos, para que as propostas aconteçam de forma mais efetiva nos municípios; a conscientização sobre o uso do perímetro urbano e a participação das entidades vinculadas nas decisões, que interagem e que tem interesse no local; a cobrança de resultados dos Conselhos; a colocação em prática das ideias, discussões e decisões; o estudo da vocação e aptidão local dos municípios e com isto, uma maior preocupação com o desenvolvimento sustentável dos municípios e da região e outros.

Com as **sugestões, observações e comentários acerca da melhoria da atuação dos Conselhos**, nos diversos municípios, apontam-se assim para as questões da necessidade da maior e melhor integração do Conselho de Desenvolvimento Urbano com os demais Conselhos dos municípios; o incentivo a participação, comprometimento e o empenho dos Conselheiros, bem como, dos envolvidos de uma forma geral, para que as propostas aconteçam de forma efetiva e com a garantia de uma gestão democrática e também buscando a sua colocação na prática, decisões e sugestões, para a consolidação dos Conselhos em atuações marcantes, no contexto das ações municipais e regionais, entre outras.

5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas 59 pesquisas e seus resultados, quanto aos seus objetivos geral e específicos, conclui-se em aspectos gerais que, os conselhos dos municípios da Mesorregião Oeste do Paraná, cumprem um papel importante na gestão dos municípios, sendo a mesma de forma variada, na cooperação com o governo municipal, empresas, instituições e como um foro de representação e parceria com a gestão pública e política do município, porém gostariam que fosse de maior efetividade e apoio dos governos municipais e uma melhor aplicação e valorização prática.

O perfil dos conselheiros é formada basicamente por pessoas com uma boa escolaridade, destacando-se a graduação e pós-graduação, de faixa etária média entre 30 e 50 anos, bem como, de residência nos próprios municípios, com renda predominante até R\$ 5.000,00 mensais e com filiação partidária, em 41% dos casos. São oriundos de diferentes atividades e segmentos econômicos e sociais da sociedade, representantes da associação comercial e industrial, bem como, dos sindicatos, comércio, indústria e agricultura e de diferentes serviços e outros, dos respectivos municípios; ocupando cargos predominantemente de gestão e ou técnicos, no serviço público, privado e ou institucional.

Sobre a organização e o funcionamento dos conselhos, destaca-se que os mesmos estão participando das reuniões ordinárias, em maior periodicidade mensal, bimestral e trimestral, e raras vezes em reuniões extraordinárias, conforme a necessidade, tendo em sua maioria os encontros num local fixo, sendo na própria prefeitura ou paço municipal e com um certo apoio e provimento dos municípios.

Os principais temas e assuntos tratados envolvem as questões de: desenvolvimento do município; o Plano Diretor; do zoneamento do espaço urbano; a Qualidade de vida do cidadão; os empreendimentos e construções de impacto; a atuação do Conselho Desenvolvimento Urbano; das indústrias; do ordenamento físico e territorial do



município; da ocupação do solo urbano e das políticas urbanas; do desenvolvimento sustentável; da mobilidade urbana e acessibilidade; de novos projetos e integrados; entre outros.

Quanto a metas, destacam: a implantação, consolidação e revisão do Plano Diretor dos municípios; a implantação do Plano de Habitação e moradias urbanas; o desenvolvimento do município e da região; a educação e qualificação dos conselheiros; a maior participação popular e nos debates; a fiscalização de loteamentos irregulares; entre outros.

Dentre os maiores desafios estão a maior participação dos conselheiros e do seu real papel junto ao Conselho e município; a sua qualificação e capacitação para o adequado exercício profissional; a maior valorização dos conselhos, suas ideias, sugestões e a colocação em prática das decisões, etc. E, como limitadores, a participação e o comprometimento dos conselheiros, a articulação com os demais conselhos do município e a certa fragilidade da estrutura de apoio, entre outros.

Respondendo ao problema de pesquisa, “os Conselhos efetivamente contribuem com a gestão pública municipal, materializando-se em sugestões e ações para desempenhos de eficiência qualitativa da gestão do Estado?” É possível responder que, estão contribuindo gradativamente, mesmo de forma embrionária, tornando a gestão mais participativa e democrática, em que o planejamento integrado participativo é essencial e importante, continuando a ser um desafio para o êxito da gestão municipal, bem como, de suas políticas e ações, assim como, para os conselhos, entre outros.

REFERÊNCIAS

GOHN, M. da G. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica**. São Paulo, Cortez, 2001.

JUNIOR, O. A. dos S, MONTANDON, D.T. (Org). **Os Planos Diretores Municipais Pós-Estatuto da Cidade**. Balanço Crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.

JUNIOR, O. A. A, RIBEIRO, L. C. Q., AZEVEDO, S. **Governança democrática e poder local**: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro: REVAN, Fase, 2004.